

TERRITÓRIO E CIDADE: GOIÁS, ESPAÇO PARA PENSAR O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Land and city: Goiás, space to think local development

Mário Cesar Gomes de Castro¹

Resumo: A busca do desenvolvimento é complexa, pela multiplicidade de desejos e necessidades dos homens, em contraste com as condições encontradas. Para que o desenvolvimento atinja seu objetivo, tem-se que conseguir, muito bem, relacionar necessidades, desejos e condições encontrados de forma sustentável, eis o desafio dos responsáveis, para pensarem ou tentarem encontrar caminhos para que ele aconteça. O planejamento que foi introduzido no Brasil, a partir da teoria estruturalista, teve como consequência mudanças nas estruturas produtivas no Estado de Goiás, contudo, seu reflexo não atingiu o território no todo. Este trabalho busca entender os contornos do território para o planejamento e a cidade, como local possível para o estudo concreto, como opção para diminuir as lacunas deixadas pelo desenvolvimento atualmente divulgado. Introduz-se as ideias principais da teoria do Desenvolvimento Local, que trata do aproveitamento das condições locais como fator para alavancar a melhor qualidade de vida da população. Nesse exercício de pensar no local ou cidade, em que as pessoas vivem, se relacionam socialmente e economicamente com outros locais ou território. Foi realizado um estudo exploratório e bibliográfico. A análise teve como cenário o Estado de Goiás, que ao longo de sua trajetória histórica não conseguiu dar ao seu povo, em todo o seu território, a qualidade de vida esperada. O conceito de cidade, como território administrável e local do desenvolvimento, passa a ser a dimensão possível como o irradiador do bem estar sonhado.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local. Estado de Goiás. Território.

The pursuit of development is complex the multiplicity of desires and needs of men in contrast to the conditions found. For development to reach that goal, we have that can, very well, relate to the needs, desires and conditions found in a sustainable manner is the challenge of those responsible, to think or try to find ways to make it happen. The planning that was introduced in Brazil, from the structuralist theory, resulted in changes in production structures in the State of Goiás, however, its reflection did not achieve all the territory in. This work seeks to understand the contours of the territory for the planning and the city, as a possible location for the concrete study, as an option to reduce the gaps left by the development released currently. Introduces the main ideas the Theory of Local Development, dealing with the use of local conditions as a factor to leverage the best quality of life. In this exercise of thinking about the place or city, where people live, relate socially and economically, with other local or territory. We conducted an exploratory study and bibliographic. The analysis was setting the state of Goiás, that throughout its historical trajectory failed, give your people, throughout its territory, the quality of life expected, manageable as a territory and local development, becomes the possible dimension, irradiator as well be dreaming

Key words: Local Development. State of Goiás. Territory.

¹ Doutor em Desenvolvimento local e Planificação territorial pela Universidad Complutense de Madri. Mestre em Geociências pela UNICAMP, Professor de Economia da UniEvangélica e UEG.

INTRODUÇÃO

Ao se pensar em desenvolvimento, ou mesmo, tentar traçar objetivos, caminhos, instrumentos, de um dado local, onde se encontram pessoas, há que se compreender o que elas esperam do local em que depositam seus investimentos e aspirações, que são resultados satisfatórios para as suas necessidades. Em busca de tal satisfação modificam o local, transformando-o naquilo que consideram ser o ideal. Com o decorrer do tempo das buscas, tais locais sofrem influências e influenciam diversos outros, com consequências positivas ou não.

A busca do desenvolvimento é complexa, pela multiplicidade de desejos e necessidades dos homens em contraste com as condições encontradas (meio físico, natural, técnico, psicológico e social). Para que o desenvolvimento atinja seu objetivo, tem-se que conseguir, bem, relacionar necessidades, desejos e condições encontradas de forma sustentável, eis o desafio dos responsáveis para pensar, ou tentar encontrar caminhos para que ele aconteça.

Através dos tempos, diversas foram as teorias, as formas e a profundidade do desenvolvimento. No Brasil, como em diversas partes do mundo, os resultados das buscas pelo desenvolvimento são diversos.

Na história do país, diversos governantes e, também a ação de outros tantos pensadores, multiplicaram receitas a partir das décadas de 60-80, que motivou o país a operar em base cada vez menos local e mais nacional (ARAUJO, 1993). Atualmente o olhar se volta, nos meios acadêmicos e com iniciativas ainda tímidas², para os condicionantes do local, do território em que se produz, onde vivem pessoas, com as suas necessidades e os seus desejos.

O pensar no desenvolvimento tem que passar pelos territórios ou locais dos seres que moldam seu habitat, que nele devem haver condições para atender as suas necessidades. Há que se conhecer o território, o local, suas dimensões e formação. Por isso, este trabalho tem-se por objetivo conhecer as características identificadoras do território, local, ou da cidade que possam ser empregados para planejamento do desenvolvimento.

No trabalho não vão se criar conceitos, mas entender os contornos do território para planejamento e a cidade como local possível. Tal exposição será levada a efeito a partir do fato de que a teoria estruturalista tão em voga no Brasil, e com reflexos em Goiás, não atingiu todo o território como preconizado pelos diversos

² Como as do SEBRAE, do Ministério do Interior, Governo da Bahia, entre outras.

projetos e planos de desenvolvimento, introduzindo as ideias principais da teoria do Desenvolvimento Local, como opção para diminuir as lacunas deixadas pelo desenvolvimento atualmente divulgado.

Com o exercício de entender a extensão do território, pensar no local ou cidade, em que as pessoas vivem e se relacionam socialmente e economicamente, com outros locais ou território, será realizado um estudo exploratório e bibliográfico.

A análise terá como cenário o Estado de Goiás, que ao longo de sua trajetória histórica não tem conseguido dar a todo o seu povo, em todo o seu território, a qualidade de vida esperada. Far-se-á uma introdução à ideia do Desenvolvimento Local, teoria que trata do aproveitamento das condições locais como fator para alavancar a melhor qualidade de vida da população.

1 Goiás, as intervenções e realidade local

Para se entender a situação de Goiás e o resultado do planejamento na busca do desenvolvimento do estado, há que se olhar, um pouco, para o que veio de fora, primeiramente a situação do Brasil, que mantivera uma economia primário-exportadora, ou seja, uma política econômica voltada ao exterior, com base na monocultura, inicialmente com o açúcar e a partir do séc. XIX com a produção de café, que se tornou o cerne da economia brasileira e fonte de acumulação financeira. O café perdurou com sua influência até a crise econômica de 1929, com a falência da bolsa de Nova Iorque, momento em que ficou explícita a ineficiência do sistema de monocultura como base econômica. (PRADO JUNIOR, 2008)

A produção do café se concentrava na Região Sudeste, onde a expansão e concentração espacial de recursos produtivos se explica pela: a) expansão de um complexo de atividades econômicas que surgiram em torno do café, a partir da segunda metade do séc. XIX, e; b) pelas condições sócio-econômicas menos favoráveis das demais regiões do país, no mesmo período (BRASIL, 2000). Contemporaneamente, associado tais fatores com os novos ventos da revolução de 1930, começa-se a vigorar a tese da industrialização.

A industrialização se desenvolve através do processo de substituição de importações: produzir no país o que antes era importado do exterior. Na evolução deste processo pode-se distinguir três fases: a) produção de bens de consumo imediato (bens não-duráveis); b) produção de bens de consumo duráveis; c) produção de bens de capital e de insumos básicos (BRUM, 1995. p. 87).

Estas duas últimas fases (produção de bens de consumo duráveis e de bens de capital e insumos básicos) eram novidades na economia brasileira. O modelo de desenvolvimento foi baseado num estado forte, que basicamente financiou a primeira fase, e as fases seguintes foram financiadas pelo capital externo (TAVARES, 1972). Tal modelo funcionou durante cerca de meio século, esgotando, no entanto, suas possibilidades de sustentar a expansão econômica do país no final da década de 70 (BRUM, 1995).

O aspecto fundamental para manter o dinamismo desse processo que se concentrou no Estado de São Paulo e Rio de Janeiro, foi a criação das condições de distribuição dos bens, ali produzidos, ao seu mercado (nacional), assim como o paralelo desenvolvimento de uma rede de fornecedores. Neste contexto entra o Estado de Goiás, um potencial fornecedor de bens primários à uma região que se desenvolvia industrialmente e, ao mesmo tempo, consumidor dos bens finais. Estado dependente, em elevado grau, dos Estados da Região Sudeste, tal qual os países da América Latina, mas especificamente o Brasil, que usufrui do progresso tecnológico de países desenvolvidos.

Até a aproximadamente 1960-70, na sua condição de periferia em relação à São Paulo – o centro dinâmico do país – Goiás foi fornecedor de matéria-prima (*in natura*) para o centro, com introdução ínfima de progresso técnico na produção de seu maior produto de exportação, o gado (ESTEVAN, 1998). Este era ainda criado em regime extensivo e vendido “em pé”, sem qualquer agregação de valor. Pode-se afirmar, pois, que a inserção de Goiás no cenário nacional se faz como “periferia³”.

Neste prisma a teoria estruturalista, que busca identificar a estrutura associada a uma realidade social, descrevendo as relações regulares e ordenadas existentes entre os elementos que a compõem (ROMEU, 2000. p. 13), desenvolvida pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL/ONU), ajuda a compreender melhor a situação da economia brasileira e, por extensão, a situação de Goiás.

1.1 Um rápido olhar para o subdesenvolvimento, segundo a CEPAL

As várias ideias cepalinas tiveram importância capital para se entender as diferenças fundamentais entre as economias desenvolvidas e as subdesenvolvidas e

³ Sobre esta situação Mello (1990. p. 15), comenta que “as economias periféricas enquanto exportadora de produtos primários (mais tarde se diria: na etapa do desenvolvimento para fora) não dispõem, assim, de comando sobre seu próprio crescimento, que, ao contrário, depende, em última instância, do vigor da demanda cêntrica”.

também auxiliam na compreensão de políticas adotadas no Brasil no séc. XX., políticas que foram essenciais para o ressurgimento de Goiás na economia brasileira, após a decadência da fase do ouro.

Pois se o Brasil era “periferia” em relação aos países desenvolvidos (ou centrais), Goiás o era em relação aos Estados do Sudeste, melhor à São Paulo, atuava, por tanto, como “periferia da periferia”, onde,

a expansão capitalista no Brasil, no período da Primeira República, atingiu Goiás, incorporando-o de forma mais dinâmica ao mercado nacional, por meio principalmente da introdução de meios modernos de transporte. No entanto, apesar da expansão contínua da economia goiana principalmente após 1910, esta permaneceu articulada de forma extremamente periférica no mercado capitalista do Brasil. (SILVA, 2001. p. 39)

O conceito de “Centro-Periferia” foi amplamente empregado pela CEPAL para explicar a dependência externa e caracterizar a condição de subdesenvolvimento dos países da América Latina. A concepção básica da tese cepalina parte do princípio de que o desenvolvimento do progresso técnico se deu em ritmos diferentes: a) em países centrais ele foi mais rápido e regular; b) em outros países ele foi lento e irregular (o caso dos países periféricos). E no aspecto histórico Furtado (1983. p. 181) acrescenta que “os países ‘periféricos’ ao especializarem-se transformavam-se em importadores de novos bens de consumo, fruto do progresso tecnológico nos países ‘centrais’”.

Esta diferença de velocidade de propagação do progresso técnico vem, segundo a CEPAL, explicar a tese de deterioração dos meios de troca, A CEPAL explica também que a divisão internacional do trabalho tradicional provoca uma disparidade crescente entre países ricos e pobres (o centro e a periferia).

A disparidade se acirraria, ainda, pelo fato de que o centro tende a reduzir a taxa de expansão das importações de produtos primários à medida que prossegue o progresso técnico poupador de insumos primários, de modo que as taxas de crescimento da periferia tendem a serem menores do que as taxas do centro (BIELSCHOWSKY, 2000).

E a solução preconizada pela tese da CEPAL para a diminuição da distância entre centro e periferia, e/ou, desenvolvidos e subdesenvolvidos era a industrialização destes últimos através da substituição de importações⁴.

Para a concretização do desenvolvimento a tese estruturalista da CEPAL

⁴ “um processo de desenvolvimento interno que tem lugar e se orienta sob o impulso de restrições externas e se manifesta primordialmente, através de uma ampliação e diversificação da capacidade produtiva industrial” (TAVARES, 1972).

preconiza o uso do planejamento para corrigir os desequilíbrios estruturais, com criação de programas de desenvolvimento, que buscassem evitar desequilíbrios externos e estabelecer um equilíbrio razoável na expansão das várias atividades básicas, devido à escassez de poupança.

E para dar condições concorrenciais à indústria nascente é sugerido o protecionismo, como “elemento fundamental para contrabalançar as diferenças da produtividade, como consequência de o desenvolvimento espontâneo das indústrias ser impraticável e antieconômico. Se dando, portanto, através de tarifas alfandegárias ou de subsídios”(BIELSCHOWSKY, 2000).

A tese intervencionista do estruturalismo teve grande repercussão no cenário econômico brasileiro e de outros países da América Latina, quando foram discutidas a partir de 1949. A consequência foi a incorporação do planejamento na busca do desenvolvimento do Brasil e a implementação da tentativa da integração entre os diversos estados brasileiros, o que impulsionou a (re)inserção de Goiás no cenário econômico e social brasileiro, pois, Goiás como periferia, não teve fatores motivadores internos: financeiros, técnicos e mesmo educacionais que fizessem a promoção do desenvolvimento⁵.

2 O despertar de Goiás

A modificação das estruturas econômica, social e política em Goiás foram motivadas pelas necessidades dos Estados cêntricos, e foram nos últimos anos, formalizadas como consequência de diversas políticas, entre elas a Marcha para o Oeste entre outros diversos programas (ver GALINDO; SANTOS, 1995) e pela criação de Goiânia e Brasília e pela infraestrutura necessária para o funcionamento destas, principalmente a malha rodoviária, modificações promovidas por iniciativas externas.

O despertar de Goiás, portanto, é recente e as condições e fatores que lhe serviram como base, juntamente com políticas internas adotadas, a partir da década de 1970, tendem a manter seu crescimento.

Contudo, o crescimento atingido que elevou o Estado de um quase total

⁵ Para Schumpeter (1988, p. 48) o desenvolvimento apenas ocorre quando as mudanças da vida econômica não são impostas de fora, mas surjam de dentro, por sua própria iniciativa. Com a realização de inovação. Onde há: “a) introdução de um novo bem [...] ou de uma nova qualidade de um bem; b) introdução de um novo método de produção; c) abertura de um novo mercado; d) conquista de uma nova fonte de oferta de matérias-primas; e) estabelecimento de uma nova organização de qualquer indústria.”

esquecimento à posição de décimo segundo na economia nacional, não foi igualitário, e mesmo, pode-se afirmar, foi prejudicial à alguns municípios.

O desenvolvimento buscado, o crescimento alcançado, e o futuro que se projeta para o Estado, são discriminatórios, pois têm impactado as cidades do Estado de formas diferentes. Confirmando-se que a evolução da economia é paradoxal, pois gera simultaneamente riqueza e pobreza (VACHON, 2001).

As regiões beneficiadas pelas infraestruturas de escoamento da riqueza do Estado e as com grande proximidade com as capitais, vêm apresentando crescimento constante acima da média estadual, enquanto que para outras partes do Estado, o desenvolvimento harmônico e equilibrado, não tem ocorrido.

Diversas explicações podem ser dadas, a exemplo, nesse campo tem-se Vachon (2001, p. 71) que quando trabalha “os fatores endógenos da desvitalização local” e “os fatores exógenos do fenômeno de exclusão”, relaciona diversos elementos que provocam os fenômenos acima descritos.

- Fatores endógenos:

- . êxodo de jovens;
- . empobrecimento da população. Diminuição e envelhecimento da população;
- . degradação social. Desmobilização, apatia, perda de confiança;
- . escasso nível de escolarização. Baixa qualificação profissional;
- . abandono político;
- . desinteresse por uma vida municipal e comunitária;
- . falta de informação e de sensibilização;
- . degradação do meio ambiente. Má gestão de recursos;
- . situação de subemprego.

- Fatores exógenos:

- . princípios macroeconômicos: produtividade; polarização e globalização;
- . opções política: políticas territoriais, políticas econômicas, serviços, equipamentos, infraestruturas;
- . características geográficas: localização, solo, clima, relevo, recursos naturais.

A ocorrência de alguns ou mesmo de vários destes fatores, ao mesmo tempo, podem ser as causas das discrepâncias encontradas na distribuição dos ganhos obtidos com o crescimento do Estado.

No rol destas discrepâncias, pode-se citar a decadência de diversas cidades (em geral, pequenas), principalmente de algumas criadas no período do ouro e

outras na introdução da estrada de ferro⁶, onde se podem encontrar problemas como decréscimo populacional e encolhimento da economia.

Revelando que por não terem infraestrutura, equipamentos públicos eficientes, por apresentarem reduzidas oportunidades de emprego e de educação entre outros, os fatores endógenos citados por Vachon se avolumam, levando a população a buscar melhores condições em municípios médios e grandes. Por outro lado, as políticas adotadas pelo governo estadual e federal, e outros condicionantes, descritos como exógenos pelo mesmo autor, dificultam a harmonia do desenvolvimento planejado, fatores que ainda são realidade em Goiás.

3 O território, uma aproximação

Se o planejado desenvolvimento não foi igualitário para todas as porções que o compõem o território brasileiro, em Goiás não ocorreu de forma diferente. O fragmentado crescimento regional bem representa a divergência entre o plano e o resultado. Percebe-se que os planos, ao considerarem somente o resultado no todo do território sem se observar a participação das partes desse todo, têm motivado o crescimento desorganizado com redução da qualidade de vida de uns municípios e a redução populacional em outros. Diante do fato, como entender o território para se traçar o planejamento?

Definir território remete o interessado à inúmeros caminhos, que vão da ótica em que se vê o mundo, varia por profissão, por partido, por agremiação acadêmica ou mesmo é resultado do conhecimento, que se pode dizer científico, filosófico, etc.

É, portanto, árdua a tarefa sobre o entendimento do território, pois, como diz Santos (1998) sua noção é um legado da modernidade incompleta que atravessou os séculos praticamente intocado, que ao longo dos séculos, foi da antiga comunhão individual dos lugares com o universo à comunhão hoje global: a interdependência universal dos lugares é a nova realidade do território. Ao continuar com o olhar geográfico, para se entender seus contornos, pelo lado do poder, tem-se que, segundo Andrade (1998) o conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, pois o mesmo está muito ligado à ideia de domínio ou de gestão de uma terminada área, ligado a ideia de território à ideia de poder: público, ou das grandes empresas que as fronteiras políticas.

⁶ Dentre estas se pode citar: Mara Rosa, Baliza, Crixás, Campos Verdes, Cidade de Goiás (Goiás Velho), Corumbá de Goiás, Pirenópolis, entre outras.

O território pode ser visto, ainda, como “uma dimensão do espaço geográfico que desvincula as relações humanas e sociais da relação direta com a dimensão natural do espaço, extraindo deste conceito a necessidade direta de domínio, também dos recursos naturais, como expressa-se na concepção clássica de território.” (SUERTEGARAY, 2001).

A diferenciação dos territórios, segundo Albagli (2004) pode ser feita por diversas dimensões, entre elas:

- a) dimensão física – suas características geoecológicas e recursos naturais, e das resultantes dos usos e práticas dos atores sociais;
- b) dimensão econômica – formas de organização espacial dos processos sociais de produção, de consumo e de comercialização;
- c) dimensão simbólica – conjunto específico de relações culturais e afetivas entre um grupo e lugares particulares, uma apropriação simbólica de uma porção do espaço por um determinado grupo;
- d) dimensão sociopolítica – meio para interações sociais e relações de dominação e poder.

O território é, como pode ser visto, uma associação das diversas dimensões com o poder governamental, empresarial, comunitário, entre outros tipos. O crescimento ou mesmo desenvolvimento deve açabancar todos os agentes envolvidos. Reside aqui a preocupação em como atingir, se não sua totalidade, mas na maior amplitude possível as partes que compõem o território. A partir da percepção de tal delimitação, pode-se conceber o município, ou seja, o território administrado como campo das experiências do planejamento, como também, guardadas as devidas proporções, ou as devidas influências, local para o desenvolvimento.

4 Municípios, lugares e desenvolvimento local

O conceito de município entendido neste trabalho vai além da "circunscrição territorial administrada nos seus próprios interesses" (Dicionário Michaelles, 1998). Pois, tem-se que o território circunscrito, com fronteiras delimitadas legalmente, não é uma ilha, por se avizinhar a outros tantos municípios, influenciando e sendo influenciado por estes, os atos tomados em um, refletem nos outros e vice-versa. Concebem-se o município como a célula social que agrega todos os instrumentos para o desenvolvimento humano, onde:

A cidade, muito mais que um simples aglomerado de casas ou de indivíduos, é, por excelência, o lugar das trocas, do comércio, das inter-relações de pessoas e de lugares. É o lugar para onde convergem os fluxos, materiais e imateriais, da sociedade (de gente, de riqueza, de poder, de saber...).(BRAGA; CARVALHO, 2010)

Portanto, pode-se aceitar que este espaço geográfico agregador de recursos naturais e humanos é o local onde ocorre o acontecer solidário⁷ ou homogêneo (SANTOS, 1998). Lugar que segundo Vásquez Barquero (1993), "produce bienes y servicios, que es una estructura productiva, cuya expansión y crecimiento está relacionada a las decisiones que toman los inversores locales y sus agentes públicos y privados en general".

É nele que, a partir do conhecimento das potencialidades, da interação e valorização dos agentes locais, poder-se-á pensar em planejar e executar ações para o desenvolvimento local. Segundo Rodriguez Gonzalez, (1998), o Desenvolvimento Local é um movimento endógeno que surge da iniciativa da sociedade, vinculada a um território e a uma história concreta, na valorização e utilização dos recursos locais.

Relembrando que em Goiás, os pequenos municípios vêm apresentando respostas divergentes aos resultados propostos como indicadores de desenvolvimento, pode-se conceber que a situação de desconhecimento e descontrole por que passa a economia dos pequenos municípios, especialmente quando se refere às suas potencialidades, são fatores que explicam parte dos problemas que provocam a redução da qualidade de vida e expulsão da população residente em vários municípios brasileiro (ANDRADE; SERRA. 1998), bem como, o é reflexo do inadequado uso das potencialidades locais existentes.

Aqui cabe introduzir a teoria do Desenvolvimento Local (DL), que tem por princípio pensar o desenvolvimento a partir do local em que estão as pessoas, local que ocorre a socialização dos eventos. Justificando a criação de ações concretas, pois, que o objetivo básico e primordial do desenvolvimento local é "melhorar o nível de vida da população, a partir da combinação eficiente das potencialidades de cada território, de seus recursos e de sua força empreendedora" (RODRIGUEZ GONZALEZ, 1998), e o Estado de Goiás está longe de alcançar a utilização eficiente de seus recursos naturais e humanos, ou seja, ainda não se despertou para o fato,

⁷ Nas palavras de Milton Santos (1996), a noção de solidariedade "não tem conotação moral, chamando a atenção para a realização compulsória de tarefas comuns, mesmo que o projeto não seja comum."

de que o desenvolvimento local surge de dentro para fora, "como uma ação global dos agentes locais com a finalidade de valorizar os recursos de um território" (TROITIÑO VINUESA, 2000). Por tanto, é imperativo atentar para as palavras de Vasquez Barquero (1993), quando ele reafirma a importância de se pensar o desenvolvimento a partir do local, ao dizer que

los acciones de la estrategia de desarrollo local son muy variadas: algunas tratan de resolver problemas estructurales, como la mejora de la accesibilidad (transporte y comunicaciones), la provisión de suelo industrial a las empresas o la construcción de centros de formación para la población y los trabajadores, otras tratan de superar las deficiencias de cualificación de la mano de obra y modernizar el < saber - hacer > de la comunidad mediante la difusión de la cultura empresarial, la información técnica o la mejora de la capacidad de gestión empresarial local.

Tanto la estrategia como las acciones toman forma diferente en cada experiencia de desarrollo local y, en último análisis, presentan un conjunto de interrogantes cuya respuesta, sin duda, exigirá la realización de nuevas investigaciones".

O ajuste do conceito de território, no âmbito do município e os conceitos e objetivos teóricos do Desenvolvimento Local se aplicam coerentemente na realidade do pequeno município, onde se agregam os elementos protagonistas para que se realize o DL, como uma ação global dos agentes locais com a finalidade de valorizar os recursos do território (TROITIÑO VINUESA, 2000). Processo no qual se identificam três protagonistas: o território, a sociedade e a cultura.

A análise de um local definido territorialmente, com sua cultura e características gerais bem definidas, poderá ser em Goiás um incentivo para que as fortalezas dos municípios (principalmente os pequenos) em situação ruim possam ser reativadas.

Tal dimensionamento atende, por outro lado, três princípios fundamentais do planejamento das estratégias de desenvolvimento local, preconizados por Bernard Vachon (2001. p. 95/6), que são:

- el desarrollo no se deriva solamente de la función y del valor económico de las actividades y de la organización social de los individuos.
- el desarrollo no depende solo de los grandes sistemas macroeconómicos ni de las instituciones centralizadas. También tiene mucho que ver con las micro-iniciativas.
- la persona constituye la fuerza motriz del desarrollo.

O município e a escala tencionada para o planejamento, além de ter um caráter que se pode dizer territorialmente definido, a abrangência de seu significado

é ampla ao atingir a realidade de diversos municípios do Estado. Ou seja, tem característica representativa dos problemas que ocorrem em muitos municípios goianos, em suas diversas escalas, como pode ser visto no Quadro 1.

		<u>Escala</u>	<u>Estrategia y enfoques adoptados</u>
D.L.	Urbana	Barrios	Desarrollo comunitario
		Global	Planes estratégicos, marketing urbano
	Rural	Política intervencion	Agrárias/ordenacion do territorio
		Âmbito comunitário	Desarrollo comunitario

Quadro 1 - Esquema simplificado de escalas territoriais de atuação e enfoques de estratégias

Fonte: Rodríguez González, 1998. p. 10.

Seguindo a uma simplificação apresentada por Rodríguez Gonzáles (1988. p. 10), no Quadro 1, é sintomático asseverar a escala territorial de atuação como válida, com enfoque na estratégia de DL no município. Aceita-se que o município é o lugar onde se encontram as “possibilidades latentes e oportunidades preexistentes ou criadas” (SANTOS, 1998) para que se inicie o processo de desenvolvimento.

Igualmente a nível local, a nível comunal son las poblaciones, las comunidades las que alojam em su crecimiento una historia y una identidad territorial la que les permite a ciencia cierta opinar respecto de como necesitan vivir en función deles recursos naturales y humanos locales (ROZAS, 1998. p.10)

O fortalecimento dos pequenos municípios, ressaltando suas potencialidades, promoverá o desenvolvimento local sustentável. Diante do exposto, o município, como o lugar de promoção do desenvolvimento local tem sua aceitabilidade, uma vez que se admite, também, como válida a premissa do PNUD/Brasil (2001), que

uma ação bem sucedida em um município pode ser multiplicada para outras dimensões de espaços locais, mais ampliados (microrregiões) ou com características territoriais mais definidas (microbacias). Em outros termos supõe que atuar em um município não inviabiliza a possibilidade metodológica de atender a mais espaços com características e dinâmicas diferentes. O importante é que a proposta metodológica seja eficiente e capaz de construir os espaços de desenvolvimento sustentável.

Diante de um sistemático despovoamento de alguns municípios, da degradação das relações econômicas entre estes e o inchaço de um pequeno espaço, o promover do inverso de tais situações, leva à priorização do município que passa a ser então, um caminho chave para a implementação do 'Desenvolvimento Local (DL)', no espaço do município. Neste sentido, das condições locais da economia de alguns municípios, COELHO (1994) comenta que:

a diversidade presente nos processos de produção da cidade se traduz tanto nas diferentes formas de participação econômica e social dos atores como na complexidade dos municípios, seja em relação à sua escala seja pela sua vocação⁸. Em alguns casos, a economia local pode ser sustentada por uma produção primária, como a agricultura ou extração mineral.

Procurando, assim, não reverter a força de atração dos grandes municípios, mas municimar os pequenos, fortalecendo-os no despertar do melhor uso de suas potencialidades, para dar aos seus habitantes, além da qualidade de vida, opções maiores neste globalizado mundo.

O cerne, portanto, para pensar o desenvolvimento dentro desse processo, é colocar em prática o seu móvel central do desenvolvimento, que é o "movimento fundamentalmente endógeno, que surge da iniciativa da sociedade civil, vinculada a um território e a uma história concreta" (RODRIGUEZ GONZÁLEZ, 1998, p. 07).

CONCLUSÃO

O planejamento que foi introduzido no Brasil, principalmente a partir dos preceitos preconizados pela CEPAL, teve como consequência a mudança das estruturas produtivas no estado de Goiás.

Contudo, o crescimento do estado nos indicadores econômicos e sociais no cenário nacional foi desigual no território goiano, situação para a qual devem ser repensadas e revistas as ações e, para isso o conhecimento da complexidade das relações de seus agentes, das diversas dimensões que o compõem e da

⁸ Esta questão não é aceita na sua totalidade, pois segundo DOWBOR (1996) "a 'vocação' nem sempre pode ser vista como categoria inflexível, uma vez que as intervenções no desenvolvimento local não podem se estruturar unicamente em função das condições de cada localidade. É preciso levar em conta as características da economia mundial. As ações devem estar articuladas com as oportunidades e restrições colocadas pelo contexto global sobre o qual o poder local não tem governabilidade". O que nas palavras de PATARRA (1996), "a especialização regional depende dos determinantes locais da competitividade: tanto dos determinantes específicos, associados a um setor ou fator de produção, quanto dos gerais, associados às economias externas (infra-estrutura, qualificação da mão-de-obra, fornecedores de insumos, etc.)".

desigualdade histórica da distribuição dos benefícios do crescimento, principalmente o econômico, é fundamental para se pensar o desenvolvimento.

O conceito de cidade, como território administrável, e de cidade como território a ser pensado como local do desenvolvimento, passa a ser a dimensão possível como o irradiador do bem-estar sonhado.

Neste prisma, a teoria do Desenvolvimento Local, poderá ser aplicada, não como uma visão antiglobalização, mas como solução para a miopia de como se enxerga o território.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita. Território e territorialidade. In: BRAGA, Christiano; MORELLI, Gustavo; LAGES, Vinicius Nobre (Orgs). **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Brasília: SEBRAE, 2004. p. 23-70.

ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente. **O recente desempenho das cidades médias no crescimento populacional urbano brasileiro**. Rio de Janeiro: IPEA, mar./1998. (Texto para discussão, 554).

ARAUJO, Tania Bacelar. A experiência de planejamento regional no Brasil. In: LAVINAS, Lena et al. **Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1993. P. 87-95.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BRAGA, Roberto; CARVALHO, Pompeu Figueiredo. Cidade: espaço da cidadania. Artigos Unesp. Disponível em: <<http://www.rc.unesp.br/igce/planejamento>>. Acesso em: 02 nov. 2010.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Cidades sustentáveis: subsídios à elaboração da Agenda 21 brasileira**. Brasília: MMA, 2000.

BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

COELHO, Franklin. Programa nacional. In: SERVIÇOS E ESTUDOS DE REALIZAÇÃO EMPRESARIAL SOCIAL (SERE). **Projeto nacional de desenvolvimento para micro e pequena empresa**. Rio de Janeiro: Fundação Friedrich Ebert/FLUPEME, 1994.

MICHAELIS: moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.

DOWBOR, Ladislau. A intervenção dos governos locais no processo de desenvolvimento. In: BAVA, Silvio Caccia (org.). **Desenvolvimento local: geração de emprego e renda**. São Paulo: Polis, 1996. p. 29-44.

- ESTEVAM, Luís. **O tempo da transformação**: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás. Goiânia: Do Autor, 1998.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 23. ed. São Paulo: Nacional, 1989.
- FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção os Economistas)
- MELLO, João Manuel Cardoso. **O capitalismo tardio**: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU-PNUD). **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA/Fundação João Pinheiro, 2003.
- PATARRA, Neide Lopes; BAENINGER, Rosana. Migrações internacionais recentes: o caso do Brasil. In: PATARRA, Neide Lopes. **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: FNUAP, 1995.
- PRADO JÚNIOR, Caio. História econômica do **Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, Román. La escala local Del desarrollo: definición y aspectos teóricos. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, ano I, n. 1, nov. 1998. p. 5-15.
- ROMEU, Nilton. **Manual de economia brasileira**. Brasília: Universa, 1997. v. 01. (Série Econômica)
- ROZAS, Germán. **Pobreza y desarrollo local**. Santiago do Chile: Universidad de Chile, 1998. Disponible em: <<http://rehue.esociales.uchile.cl>>. Acesso em: 1998.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1998.
- SCHUMPETER, Joseph Alois. **A teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Coleção Os Economistas).
- SILVA, Ana Lúcia. **A revolução de 30 em Goiás**. Goiânia: Cãnone/Agepel, 2001.
- SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Espaço geográfico uno e múltiplo. **Revista Eletronica de Geografia y Ciencias Sociales**. Univesidad de Barcelona, n. 93, 15/07/2001. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn-93.htm>>. Acesso em: 01 nov. 2010.
- TAVERES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**: ensaios sobre economia brasileira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.
- TROITIÑO VINUESA, Miguel Angel. **Territorio**: patrimonio y desarrollo local. Motilla Del Palancar: 03/2000. (mimeo).

VACHON, Bernard. **El desarrollo local**: teoria y práctica – reintroducir lo humano en la lógica de desarrollo. Espanha: Trea, 2001.

VÁZQUEZ BARQUERO, Antonio. **Política económica local**: la respuesta de las ciudades a los desafíos del ajuste productivo. Madrid: Pirámide, 1994.